

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH Hospital Regional do Marajó										
CNPJ 23.453.830/0004-12										
Demonstrações Contábeis para os Exercícios Fintos em 31/12/2017 e 2016 - Em R\$										
<b>Balço Patrimonial</b>		<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>					
<b>Ativo/Circulante</b>			<b>12.967.059</b>	<b>12.055.492</b>	<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Transferências</b>	<b>Ajustes Exercícios Anteriores</b>	<b>Superávit do Exercício</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3		2.495.985	4.016.637	Em 31/12/2015	4.967.283	-	22.667	681.281	5.671.231
Contas a receber	4		9.134.474	6.968.447	Incorporação ao patrimônio	703.948	-	(22.667)	(681.281)	-
Estoques	2b		503.145	409.190	Transferências	-	(2.405)	-	-	(2.405)
Adiantamento a fornecedores			22.813	6.009	Ajustes exercícios anteriores	-	-	622.173	-	622.173
Adiantamento a funcionários			76.932	79.311	Superávit do período	-	-	-	1.301.950	1.301.950
Outros créditos			715.391	527.366	Em 31/12/2016	5.671.231	(2.405)	622.173	1.301.950	7.592.949
Despesas antecipadas			18.319	48.532	Incorporação ao patrimônio	1.921.718	2.405	(622.173)	(1.301.950)	-
<b>Não Circulante</b>			<b>991.809</b>	<b>1.324.645</b>	Ajustes exercícios anteriores	-	-	38.860	-	38.860
Outros créditos			28.503	28.503	Superávit do período	-	-	-	326.483	326.483
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			<b>963.306</b>	<b>963.306</b>	Em 31/12/2017	7.592.949	-	38.860	326.483	7.958.292
Imobilizado			67.391	110.011	<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>					
Intangível líquido	2d e 6		79.021	93.969	<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas, com atendimento 100% SUS - Sistema Único de Saúde. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Serviços oferecidos são obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós- anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. <b>b) Contrato de Gestão:</b> O Hospital Regional do Marajó é administrado desde 06 de setembro de 2010, por meio de contrato de gestão pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, 23.453.830/0001-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente e filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416, Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde. <b>2. Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:</b> As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, e as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade instituídas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, bem como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a Lei nº 12.101/2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis são: <b>a) Caixa e equivalente de caixa:</b> São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registra-					
<b>Total do Ativo</b>			<b>13.958.868</b>	<b>13.380.137</b>	<b>3. Caixa e Equivalentes de Caixa:</b>					
<b>Passivo/Circulante</b>			<b>5.175.486</b>	<b>4.686.830</b>	<b>Descrição</b>					
Fornecedores	7		2.419.455	2.451.646	<b>2017</b>					
Obrigações trabalhistas	2f e 8		1.878.108	1.680.682	<b>2016</b>					
Obrigações sociais			324.559	274.444	<b>Descrição</b>					
Obrigações fiscais			144.712	222.252	<b>2017</b>					
Outras contas a pagar			408.652	57.806	<b>2016</b>					
<b>Não Circulante</b>			<b>825.090</b>	<b>1.100.358</b>	<b>Caixas</b>					
Receitas diferidas	10		816.894	1.092.162	<b>Banco conta movimento</b>					
Outras obrigações			8.196	8.196	<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata</b>					
<b>Patrimônio Líquido</b>			<b>7.958.292</b>	<b>7.592.949</b>	<b>2.495.985</b>					
Patrimônio social			7.592.949	5.671.231	<b>4.016.638</b>					
Ajuste de exercício anterior			38.860	622.173	<b>4. Contas Receber:</b> Referem-se a contas a receber de contratos de gestão com Secretaria Estadual do Pará.					
Superávit do exercício			326.483	1.301.950	<b>Descrição</b>					
Transferências			-	(2.405)	<b>2017</b>					
<b>Total do Passivo</b>			<b>13.958.868</b>	<b>13.380.137</b>	<b>2016</b>					
<b>Demonstração do Resultado</b>										
<b>Descrição</b>	<b>Nota</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>						
<b>Receitas</b>			<b>39.024.000</b>	<b>39.024.000</b>	<b>2016</b>					
Serviços prestados pacientes SUS			39.024.000	39.024.000	<b>Med. Cirurgia</b>					
<b>Total</b>			<b>39.024.000</b>	<b>39.024.000</b>	<b>Informática</b>					
<b>Despesas</b>			<b>(38.972.816)</b>	<b>(38.013.768)</b>	<b>Equip. Instrumentos Máquinas e Equip. Utensílios Hospitalares</b>					
Pessoal e encargos			(13.446.056)	(11.612.071)	<b>10%</b>					
Serviços de terceiros			(16.384.649)	(16.321.338)	<b>10%</b>					
Materiais e medicamentos			(4.070.335)	(4.511.392)	<b>10%</b>					
Impostos, taxas e contribuições			(8.819)	(20.758)	<b>10%</b>					
Depreciação amortização			(335.655)	(324.015)	<b>10%</b>					
Despesa - renúncia fiscal	12		(4.372.448)	(4.045.147)	<b>10%</b>					
(-) Receita - renúncia fiscal	12		4.372.448	4.045.147	<b>10%</b>					
Despesas gerais			(4.804.562)	(5.257.024)	<b>10%</b>					
Despesas financeiras			(39.635)	(71.830)	<b>10%</b>					
Receitas financeiras			116.895	104.660	<b>10%</b>					
<b>Resultado Operacional</b>			<b>51.184</b>	<b>1.010.232</b>	<b>10%</b>					
Outras receitas			275.299	291.718	<b>10%</b>					
Doações e subvenções			31	274	<b>10%</b>					
Outras receitas			275.268	291.444	<b>10%</b>					
<b>Superávit do Exercício</b>			<b>326.483</b>	<b>1.301.950</b>	<b>10%</b>					
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto</b>										
<b>Evento</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>						
<b>Fluxos das Atividades Operacionais</b>			<b>326.483</b>	<b>1.301.950</b>	<b>2016</b>					
Superávit do exercício			326.483	1.301.950	<b>Med. Cirurgia</b>					
Depreciação/amortizações			335.655	324.015	<b>Informática</b>					
Ajustes de exercícios anteriores			38.860	622.173	<b>Equip. Instrumentos Máquinas e Equip. Utensílios Hospitalares</b>					
Transferências enviadas			-	(2.405)	<b>10%</b>					
<b>(=) Total do Ajuste Líquido</b>			<b>700.999</b>	<b>2.245.733</b>	<b>10%</b>					
<b>Varições no Circulante das Contas de Ativo e Passivo</b>			<b>2.218.830</b>	<b>1.277.675</b>	<b>10%</b>					
Aumento/redução dos créditos - circulante			(2.368.476)	1.408.717	<b>10%</b>					
Aumento/redução de estoques			(93.955)	28.647	<b>10%</b>					
Aumento/redução das desp. do exercício seguinte			30.213	(14.180)	<b>10%</b>					
Aumento/redução dos créditos - não circulante			-	(28.503)	<b>10%</b>					
Aumento/redução de fornecedores			(32.191)	33.521	<b>10%</b>					
Aumento/redução de obrigações trabalhistas			197.426	28.477	<b>10%</b>					
Aumento/redução de obrigações sociais			50.115	27.690	<b>10%</b>					
Aumento/redução de obrigações tributárias			(77.540)	(194.387)	<b>10%</b>					
Aumento/redução de outras obrigações			350.846	(1.982.707)	<b>10%</b>					
Aumento/redução das obrigações - não circulante			(275.268)	(275.334)	<b>10%</b>					
<b>(=) Total das Variações das Contas do Ativo e Passivo</b>			<b>2.218.830</b>	<b>1.277.675</b>	<b>10%</b>					
<b>(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>			<b>(1.517.832)</b>	<b>2.212.473</b>	<b>10%</b>					
<b>Atividades de investimentos</b>			<b>(2.820)</b>	<b>(97.300)</b>	<b>10%</b>					
Aquisição de imobilizado			(2.820)	(14.444)	<b>10%</b>					
Aquisição de bens do intangível			-	(82.856)	<b>10%</b>					
<b>(=) Variação do Caixa e Equivalente</b>			<b>(1.520.652)</b>	<b>1.180.374</b>	<b>10%</b>					
Saldo existente no início do exercício			4.016.837	2.836.263	<b>10%</b>					
Saldo existente no final do exercício			2.495.985	4.016.637	<b>10%</b>					
<b>(=) Resultado Final de Caixa (Disponível)</b>			<b>(1.520.652)</b>	<b>1.180.374</b>	<b>10%</b>					

Intangível - gestão pública:			Direito de Uso		Softwares	Total
			20%	20%		
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>33.923</b>	<b>11.500</b>	<b>45.423</b>			
Saldo inicial	33.923	11.500	45.423			
Depreciação	(33.923)	(11.500)	(45.423)			
<b>Saldo em 31/12/2016</b>						
Saldo Inicial	-	-	-			
Adições	33.923	11.500	45.423			
Depreciação ajustada	(33.923)	(11.500)	(45.423)			
<b>Saldo em 31/12/2017</b>						
<b>7. Fornecedores:</b>						
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Materiais e medicamentos	282.413	422.432				
Serviços	211.985	267.233				
Diversos	10.999	-				
Serviços médicos	1.914.058	1.761.911				
	<b>2.419.455</b>	<b>2.451.646</b>				
<b>8. Obrigações Trabalhistas:</b>						
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>				
Obrigações trabalhistas	747.160	635.097				
Provisão férias	1.047.176	959.257				
Provisão PIS s/férias	-	9.590				
Provisões FGTS s/férias	83.772	76.738				
	<b>1.878.108</b>	<b>1.680.692</b>				

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

Descrição	2017	2016
<b>9. Outras Obrigações:</b>		
Energia elétrica	-	-
Seguros a pagar	7.430	40.637
Contas a pagar-SESPA	4.554	4.554
Clube Marajó Park	2.070	-
Contas a pagar Hospitais	69.398	-
INDSH - Sede Admin.	325.200	-
	<b>408.652</b>	<b>57.806</b>
<b>10. Receitas Diferidas:</b>		
O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2017, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital em 2010, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:		
<b>Descrição</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Imobilizado - contrato de gestão	2.799.679	2.799.679
Intangível - contrato de gestão	45.422	45.422
Depreciação acumulada	(2.028.207)	(1.752.940)
Total imobilizado/intangível líquido	816.894	1.092.161
<b>Receita Diferida</b>	<b>816.894</b>	<b>1.092.161</b>
<b>11. Ajustes Exercícios Anteriores:</b>		
O ajuste de exercício anterior, demonstrados em 31/12/2017, no valor de R\$ 38.860 refere-se		

a serviços prestados de fornecedores PJ 2016.

**12. Isenções Usufruídas:** Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

**13. Seguros:** O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

**Joaquim Welington Fonseca Junior**  
Diretor Executivo - CPF: 293.696.828-30

**Silvana Borges Gonçalves**  
Contadora - CRC CT - PA - 019454/O-7

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional do Marajó - Breves - PA - Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Regional do Marajó, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Regional do Marajó, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis; a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes** - CRC.SP Nº 2SP 14.712/O-2. **Fabio de Farias Vieira** - Contador CRC 1SP 218.852/O-0 - Auditor Independente - CNAI 2.452.

**Protocolo: 306001**

**GILMAR SILVA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME**  
Torna público que recebeu da SEMMA/RURÓPOLIS, a Licença de Operação - LO nº 004/2018, válida até 23/02/2020, para atividade de Extração de saibro, areia e cascalho em Rurópolis/PA.  
**Protocolo: 305980**

**LOURENÇO BARROS DA COSTA**  
CPF: 623.467.174/87, torna publico que requereu da SEMMARH de Floresta do Araguaia a Licença de Atividade Rural (LAR), para a atividade de Criação de Bovinos - Bovinocultura/Bubalinocultura em Floresta do Araguaia/PA.  
**Protocolo: 305984**

**JOSÉ LEANDRO DA COSTA**  
CPF: 050.316.102-04, torna publico que requereu da SEMMARH de Floresta do Araguaia a Licença de Atividade Rural (LAR), para a atividade de Criação de Bovinos - Bovinocultura/bubalinocultura em Floresta do Araguaia/PA.  
**Protocolo: 305988**

**A COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE S. FÉLIX DO XINGU**  
CNPJ 13.624.488/0001-70 publica q/ recebeu da SEMMAS de S Félix do Xingu a renovação da Licença Ambiental LO 00071/2017, PROC. 2017/00289 para atividade de Lavra Garimpeira de minério de Cassiterita no município de S. Félix do Xingu/PA.  
**Protocolo: 305992**

**LOURENÇO BARROS DA COSTA FILHO**  
CNPJ: 020.564.692-56 torna publico que requereu da SEMMARH de Floresta do Araguaia a Licença de Atividade Rural - LAR, para a atividade de Criação de Bovinos - Bovinocultura/bubalinocultura em Floresta do Araguaia/PA.  
**Protocolo: 305986**

**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA**  
**EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO**  
**Processo de Contratação Temporária nº. 002/2018**  
Contrato nº 011/2018. Partes: ALTAPREV - CNPJ: 01.966.769/0001-21 e JEAN PINHEIRO DA SILVA BERNARDO - CPF: 970.146.802-34. FUNÇÃO: MOTORISTA. Assinatura: 02/04/2018. Valor Mensal R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais). Valor Global R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais). Vigência: 02.04.2018 a 31.12.2018. Ordenador Responsável: Fabiano Bernardo da Silva - Diretor Presidente  
Contrato nº 012/2018. Partes: ALTAPREV - CNPJ: 01.966.769/0001-21 e GIULYA MARCELA FURTADO CAVALCANTE - CPF: 550.767.262-87. FUNÇÃO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Assinatura: 02/04/2018. Valor Mensal R\$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais). Valor Global: R\$ 8.586,00 (Oito mil quinhentos e oitenta e seis reais). Vigência: 02.04.2018 a 31.12.2018. Ordenador Responsável: **Fabiano Bernardo da Silva - Diretor Presidente**  
**Fabiano Bernardo da Silva**-Diretor Presidente  
CONTRATANTE  
**Protocolo: 305958**

**AGROPECUÁRIA TERRA NOVA S/A**  
CNPJ 15.741.192/0001-64. Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem em AGE às 9:00 horas do dia 26/04/2018, na sede, situada a Margem Direita do Rio Capim Interior no Município de Paragominas-PA, para a seguinte ordem do dia: a) em AGE: a) Eleição do Conselho de Administração e Diretoria; b) Consolidação do Estatuto Social. **Benedito Carlos Porciúncula-Presidente do Cons. de Administração.**  
**Protocolo: 305962**

**J D ALVES DE LIMA - ME**  
CNPJ nº 19.631.161/0001-01, torna público que recebeu da SEMAS LO nº 11079/2018 para atividade de posto revendedor de combustíveis, localizada no Município de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará, através do processo nº 2017/22101.  
**Protocolo: 305982**

**A COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE S. FÉLIX DO XINGU**  
CNPJ 13.624.488/0001-70 publica q/ recebeu da SEMMAS de S Félix do Xingu a renovação da Licença Ambiental LO 00074/2017, PROC. 2017/00278 para atividade de Lavra Garimpeira de minério de Cassiterita no município de S. Félix do Xingu/PA.  
**Protocolo: 305997**